

DINÂMICAS ENUNCIATIVAS NO ENFRENTAMENTO DE CRISES E CATÁSTROFES: A VIA POÉTICA DA REDE KATAHIRINE

ENUNCIATIVE DYNAMICS IN COPING WITH CRISES AND CATASTROPHES: THE POETIC PATH OF THE REDE KATAHIRINE

Kati CAETANO¹

Júlio César RIGONI FILHO²

Resumo: O artigo analisa a enunciação de mulheres indígenas em discursos que evidenciam o enfrentamento de crises e de catástrofes. Buscam-se ações políticas conduzidas por essas mulheres, destacando a articulação entre semiótica, política e estética, nas formas de vida e nas práticas enunciativas. O suporte teórico-metodológico envolve a base greimasiana sobre a enunciação, as dinâmicas da temporalidade na semiótica em Bertrand (2021) e Fontanille (2021a), além da noção de política em Rancière (2009). Para isso, o estudo utiliza como objeto empírico as postagens da Rede Katahirine, autodenominada Rede de Cineastas Indígenas, rastreando seus discursos audiovisuais desde a criação do grupo. A abordagem de eixos temáticos, dos modos de enunciar e dos recursos de construção de subjetividade evidenciam um tipo de ativismo digital distinto daqueles costumeiramente identificados em ativismos de gênero. Não se ancora na oposição homem-mulher, ou na denúncia/cobrança de um modo de vida outro para além da lógica machista e biológica da estrutura social hegemônica. Ao contrário, a qualificação do nós coloca em plano de igualdade todos os seres, objetais ou subjetais, e se esmera poeticamente em mostrar formas de convivência, criações e expressões voltadas a dar imagens de si de potência política.

Palavras-chave: Enunciação. Dissenso. Formas de vida. Temporalidade. *Rede Katahirine*.

¹ Docente da UTP (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: katicaetano@hotmail.com.

² Doutorando da UTP (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: julinhorigoni@hotmail.com.

Abstract: The article analyzes the enunciation of indigenous women in discourses that highlight the confrontation of crises and catastrophes. It seeks political actions led by these women, highlighting the articulation among semiotics, politics, and aesthetics in ways of life and enunciative practices. The theoretical and methodological framework involves Greimas's basis on enunciation, the dynamics of temporality in semiotics in Bertrand (2021) and Fontanille (2021a), and the notion of politics in Rancière (2009). To this end, the study uses different discursive sources as empirical objects, such as audiovisual productions by indigenous women, journalistic photographs, and media campaigns. Specifically, it uses as its empirical object the posts of the Katahirine Network, a self-proclaimed Indigenous Filmmakers Network, tracing its audiovisual discourses since the group's inception. The approach to thematic axes, modes of enunciation, and resources for constructing subjectivity highlights a type of digital activism distinct from those typically identified in gender activism. It is not anchored in male-female opposition, or in denouncing/demanding a way of life beyond the sexist and biological logic of the hegemonic social structure. On the contrary, the qualification of "we" places all beings, object-like or subject-like, on an equal footing and poetically strives to showcase forms of coexistence, creations, and expressions aimed at creating self-images of political power.

Keywords: Enunciation; Dissent; Forms of life; Temporality; *Katahirine Network*.

| Introdução

Este artigo³ debruça-se sobre representantes de discursos que evidenciam, por suas ações, o conflito ecológico e político diante dos modos de crises e de catástrofes que afetam historicamente grupos minoritários, pensando em um recorte étnico e de gênero vislumbrado em postagens digitais de mulheres indígenas. Parte deste estudo decorre de pesquisas que examinam conceitos como corpo-território advindo do seio das comunidades indígenas e conjuntos de ações e mudanças empreendidas por essas mulheres. Este artigo, em particular, refere-se ao grupo Katahirine de mulheres que se utilizam do audiovisual (em menor proporção também da fotografia, do desenho, associado ao discurso verbal) para dar visibilidade aos seus modos de vida e de sensibilidade, voltadas tanto para não-indígenas como também para o próprio grupo nacional de indígenas englobado por diversas etnias e línguas, divulgando informação, orientação, manifestações culturais e artísticas.

Do ponto de vista teórico, recorre a uma decupagem dos posts sistematizando eixos temáticos, que transcendem o interesse denunciativo, composições figurativas de efeito estético, estratégias de apresentação e diálogo de interações com leitores, e, nos casos específicos das produções audiovisuais, o emprego de recursos sincréticos de

3 Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada na modalidade oral no painel *Visualidades, catástrofe, crise, potência da imagem* no X Congresso Latino-Americano de Semiótico, ocorrido em 2024, na Universidade de São Paulo. Alterações significativas foram feitas na elaboração desta versão.

elaboração criativa, obtida a partir de experiências, minicursos, muitos digitais, vivências em ambientes inclusivos. Não se trata de um artigo com proposta de análise exaustiva das produções, tendo em vista a grande quantidade e variedade de ocorrências, mas de um texto mais abrangente destinado a dar conta da totalidade de sentido dessa Rede, o que nos permitiu considerar o singular ativismo de mulheres das integrantes Katahirine.

Na nossa concepção, merece destaque a relação entre semiótica e a vertente estético-política, sobretudo, nas dinâmicas enunciativas que envolvem os atores e suas formas de vida. As postagens articulam discursos de diversas fontes, que neste artigo materializam-se em manifestações artísticas, no caso de filmes produzidos por mulheres indígenas, fotografias, de autoria própria ou não, referências a notícias jornalísticas, sobretudo em casos de ativismos indígenas presenciais e representações midiáticas. Daremos ênfase em nossa exposição a uma animação sobre a importância do barro, a partir de relatos de uma anciã e das narrativas ancestrais que ensinam as mulheres a fecundá-lo na criação de utensílios, imagens e mitos.

A estética da política, na perspectiva de Rancière, trataria das ações desenvolvidas para romper com “verdades” cristalizadas, desinformações, visões estereotipadas, e a política da estética constituiria a escolha de formas linguageiras que dão estrutura a essas lógicas disruptivas, ao criarem “desvios”, brechas, nas próprias formas corriqueiras de comunicação. No caso da Rede Katahirine, tanto o fato de agregarem um grupo de cineastas indígenas na contramão das expectativas vigentes no imaginário conservador, quanto as experiências criadas com suas formações expressivas, merecedoras inclusive de algumas premiações, atestam esse valor estético da política quanto político da estética. Não há dúvida de que essa correlação equivale àquilo que em estudos de discurso é denominado, desde Jakobson (2013), como função poética, e dos correlatos posteriores no nível da semiótica discursiva, plástica ou sonora, explorados sob o conceito de semi-simbolismo (Floch, 1995).

Feitas essas considerações iniciais, descrevemos a estrutura do artigo, que se inicia pela abordagem das discussões de ativismo de gênero para contrapô-lo ao ativismo indígena; na sequência, passamos a explorar, sob a perspectiva da semiótica, as crises e as catástrofes e a potência política de que tais fenômenos podem ser geradores, como reação dos corpos afetados. Tal debate conduziu-nos ao estudo das temporalidades na semiótica, pensando em como os movimentos indígenas pontuam o passado, o presente e o futuro em suas reivindicações. Trata-se de discursos que não respondem apenas à crise ecológica com vistas à resistência, e sim buscando uma re-existência (Danowski; Viveiros de Castro, 2014), pois envolvem cosmologias, afetos e práticas comunicacionais dissidentes (Rancière, 2009), cuja consequência é o despertar de outros sentidos do ambiente no Antropoceno.

| Ativismo da Rede Katahirine: ativismo de gênero?

Inicialmente, esclarecem-se alguns pontos dando uma resposta antecipada a uma possível questão: poder-se-ia associar esses movimentos coletivos a práticas feministas, ou a ativismos de gênero? Decorrente dessa primeira indagação, surge o interesse em saber se nessas culturas impera certa doutrina do determinismo biológico, de separação, às vezes contundentes, entre homens e mulheres.⁴

É complicado estudar sobre culturas que desconhecemos por delas não partilharmos, sobretudo tendo consciência de que os modos como são descritas envolvem olhares contaminados por estereótipos e intolerâncias seculares. No presente caso, esclarecemos que tomamos como referência as postagens dos grupos acompanhando a visão de si que apresentam. Não entendemos, porém, essa consciência de si no singular, dentro de uma perspectiva individualista, mas sim como uma compreensão e exposição do que é ser indígena no contexto histórico de ruminações de suas vidas e culturas, e o que é essa vida-cultura-corpo-território para além dos equívocos permanentes com que são definidos e abordados.

Exatamente, por constituírem discursos voltados a falar de uma coletividade que transcende questões de gêneros, embora assumidos por actantes-mulheres, e destinados a transformar mentalidades consoante uma perspectiva igualitária das diferenças étnicas, é que preferimos dissociar tais movimentos de indígenas mulheres de um ativismo feminista. Afirmar a diferença é, porém, necessário porque permite captar os sentidos dos tipos de ações afirmadas pelos termos em circulação na sociedade. O ativismo de gênero confunde-se normalmente com o feminismo e nem toda mulher se define como feminista quando pleiteia uma sociedade igualitária do ponto de vista dos gêneros. O próprio movimento feminista não é homogêneo, é sim atravessado por conflitos, diferentes denominações, perspectivas, estratégias e expectativas, além de uma variada distinção de gestos, de modos de falar, gesticular, usar seus corpos como armas de luta.

O ativismo de gênero não é apenas um fazer-fazer ou um fazer-saber, é principalmente um fazer contra, que se dirige a sociedades patriarcas e, em suas formas mais radicais, ao próprio homem. Embora contenha implicitamente a ideia do caminhar contra algo, o ativismo dessas mulheres indígenas tem um caráter interseccional muito forte que é o de defesa geral do ser, saber, sentir-se indígena, sem considerar divergências de gênero. A oposição à cultura do “homem branco” é um pressuposto que se afirma como diferença da cultura indígena, e de sua consequente qualificação.

Obviamente, suas ações podem ser enquadradas em diversas definições de ativismos, sobretudo se considerarmos que compõem modos de ação contra opressões e injustiças

4 Caetano e Rigoni Filho (2024) abordam essa temática sobre diferentes articulações entre homens e mulheres nos movimentos de mulheres em geral.

não assumidas ou resolvidas pelo Estado, mas o termo é polêmico e nos casos analisados predominam ações voltadas à revelação de formas de vida e de pensamento, iniciativas e expansões das conquistas indígenas em geral em face das destruições históricas. Fora de qualquer perspectiva pontual e de maior contorno conceitual, preferimos referirmo-nos a “ações políticas” dessas mulheres, no sentido que lhe dá Rancière (2009), como gestos e práticas dissensuais capazes de outorgar valor a si próprio e voz para assumir seus próprios enunciados. A amplitude da ideia pode ser percebida na afirmação da líder indígena, Sônia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas, quando diz que “as pessoas me perguntam como me descobri ativista. Eu não me descobri. Eu nasci. Sempre fui de luta” (Campagnani; Wamba, 2023, s/p), descaracterizando qualquer vínculo exclusivo do ativismo a cálculos pré-estabelecidos.

Quanto às múltiplas acepções e práticas que envolvem o termo feminista, a mais importante no presente caso é a de que nem todo movimento liderado por mulheres se autodenomina feminista, mesmo se apresenta algumas características que são associadas aos atos feministas, como ser conduzido por mulheres. Butler (2024), que tem vasta discussão a esse respeito, assinala em seu recente livro a problematização do próprio emprego e tradução da palavra “gênero” (*gender*), conceitualizado segundo acepção norte-americana e eurocêntrica em contextos linguísticos, sociais e culturalmente distintos. Traz na contracorrente desses pensamentos algumas pensadoras africanas que discutem as importações do termo gênero (traduzidas localmente) fora de uma “complexidade social” e dependente do “contexto em que são vividos” (Oyêwùmí *apud* Butler, 2024, p. 234). Associada a essa ideia generalizada de que as mulheres discutem questões de gênero, impõe-se igualmente uma perspectiva “bio-lógica”, termo de Oyêwùmí, citado por Butler (2024), ancorada na perspectiva dualista (homem x mulher), mobilizada sob a aparência de uma “falsa reivindicação de universalidade” das culturas (Butler, 2024, p. 232) e que ignora a complexa estrutura de papéis e conjugalidade que nem sempre se sustentam sobre diferenças sexuais.

Pensamos, portanto, no ativismo da Rede Katahirine como um movimento de afirmação da existência sem hierarquias eurocêntricas, da singularidade, da inclusão, da diversidade, onde o termo “cineastas indígenas” coaduna com a própria ausência linguística de marca de gênero, posto que se remete a homens ou mulheres cineastas, embora esses tenham pouca presença no diálogo.

Diante do exposto, passa-se a refletir sobre as dinâmicas semióticas que podem ser identificadas a partir da perspectiva indígena, sobretudo, nas reivindicações iniciadas a partir de crises e catástrofes.

| Em busca de uma abordagem semiótica

Os debates contemporâneos sobre o Antropoceno entendem-no como um conceito multidisciplinar, para além de uma possível era geológica, mas como uma crise de sentido acerca do papel do indivíduo nos ecossistemas (Crutzen, 2002), expressa, por

exemplo, na separação entre natureza, sujeito e cultura. Outro ponto é a dinâmica da temporalidade que as discussões do Antropoceno engendram: os impactos, passados e presentes, dos seres humanos na Terra estão conduzindo a catástrofes presentes e futuras. Sendo assim, estamos fadados a sofrer consequências irreversíveis? Há possibilidades de uma nova forma de habitar o planeta?

Crises e catástrofes suscitam em geral axiologias negativas aos cursos da natureza e das sociedades, porque anunciam transformações disfóricas. No entanto, trazem no seu bojo uma valoração ambivalente, na medida em que ao criarem fraturas no tecido natural e sociocultural, criam também fendas de abertura dentro de um sistema a partir das quais tudo pode ser renovado ou reinventado por improvisos ou por estratégias (Leal; Gomes, 2020). Arriscamos mesmo a falar na possibilidade de abertura ao mundo associando-a ao *Dasein* heideggeriano.

Indígenas foram secularmente submetidos a muitas crises e catástrofes, em vários momentos reagindo como podiam⁵, mas de forma corajosa e contundente. Ou seja, embora acometidos por atos de crueldade e vandalismo, encontraram modos de continuar existindo, persistindo, o que evidencia à luz da semiótica tensiva (Fontanille; Zilberberg, 2001) a própria configuração do regime concessivo de origem do acontecimento. Embora (a despeito de, apesar de, expressões que ancoram o regime concessivo), pode-se dizer que ações têm sido empreendidas, não necessariamente em atos públicos nos quais a raiva política se evidencia (Caetano; Rigoni Filho, 2022), mas em pequenas crises da vida cotidiana, como nos explica Gumbrecht (2006), suscetíveis de abrir potencialidades para experiências estéticas de re-visão de valores e condutas face ao outro. Esse outro somos nós, os enunciatários, capazes de perceber na apreensão que as autoras fazem de seus povos – de relatos, modos de fazer comidas, confeccionar objetos, cuidar de filhos, cuidar da terra, das lavouras, de pintarem rostos e corpos, e de se vestirem – a proposição de uma relação igualitária. Esses eixos temáticos ancoram-se na positividade do discurso, sem ancoragem explícita na quantificação de fatores contra os quais se posicionam explicitamente. Nesse cenário de turbulências e emergências de buscas por soluções, trabalha-se com discursos e práticas dos povos indígenas, grupos subalternizados historicamente, para avaliar semioticamente as reconfigurações de suas relações com os ambientes (os espaços), as temporalidades e as existências individuais.

O mundo habitável, para recuperar o questionamento anterior, nas reflexões de Fontanille (2021b), desenvolve-se na integração da dimensão do político com a semiótica, em um olhar atento às subjetividades, aos afetos, aos filtros e aos simbolismos que sustentam

5 Movimentos indígenas desde final da década de 70 e início dos anos 80 se organizam por meio de assembleias, coordenações e associações, com apoio de alguns setores da sociedade civil, para contraporem-se aos danos históricos que sofreram e vêm sofrendo na contemporaneidade. Lideranças indígenas e indigenistas têm sido assassinado/a/s, casas de orações incendiadas e ambientes destruídos impunemente.

determinada cosmologia. De tal modo, tomando como base uma abordagem transversal, alinhavada ao método semiótico, para compreender a dimensão coletiva de apreensão dos significados (Fontanille, 2021b), os povos indígenas servem-se de coletivos dotados de enunciados críticos e políticos que reconfiguram as relações com a temporalidade e com os ambientes ao tensionar os modos hegemônicos de habitar (e colonizar) o planeta.

Cabe destacar, em aspectos de temporalidade, que o futuro é o local onde os corpos indígenas querem estar, uma presença mobilizada na participação, na coexistência. A persistência é algo que os cerca, no anseio pela implementação de direitos fundamentais. Na atualidade, há diversos movimentos indígenas que reivindicam um olhar histórico e futuro à ancestralidade. Seja por meio de manifestações, como nas edições do Acampamento Terra Livre (ATL) ou nos debates sobre o marco temporal, tais sujeitos enunciam corporalmente suas reivindicações em prol da igualdade de direitos em cenas dissensuais (Rancière, 2009). A presença de lideranças indígenas que reivindicam seus direitos rompe com as consensualidades do cenário político-midiático. No caso dos horizontes que regimentam a temporalidade política, essa aparição não é um acontecimento inesperado, pois há séculos os indígenas buscam reivindicar direitos e garantir suas existências.

O direito ao território, principal reivindicação das populações originárias, acende a perspectiva sobre a aspectualização do passado. São parâmetros para a preservação de riquezas, para além dos recursos naturais, pelos conhecimentos que os povos originários dispõem sobre eles (Cunha, 1994). Entretanto, não pretendemos compreender o mundo indígena dentro de uma visão romantizada⁶, nem desconsiderar o fato de que mulheres e crianças indígenas são abusadas pelo “homem branco” muitas vezes com algum coadjuvante indígena cooptado por pressões econômicas.

Limitamo-nos a examinar aqui o ponto de vista do coletivo de cineastas indígenas, para modificar falsas visões, em grande parte institucionalizadas ao longo dos séculos sobre os indígenas, construindo relatos suscetíveis de nos afetar poética e politicamente. Empregamos a expressão de Édouard Glissant (2021) para caracterizar essa “Poética de Relação” daqueles que carregam os estigmas do colonialismo, aqui manifestada duplamente: i) pela Relação instituída a partir de uma voz que incita e inspira outras

6 Há riscos de um entendimento platônico sobre a identidade indígena: um modelo, uma essência a ser continuamente preenchida e percebida, quase que como um horizonte esperado. Esse modelo, para além de ser histórico no Brasil, liga-se a diversos embates jurídicos sobre os direitos das populações indígenas, invocando um padrão de indígena, em um atravessamento violento de estereótipos associados às suas vivências (Cunha, 1994). Esses pontos merecem maior discussão, algo que não faremos nesta explanação. Todavia, se estamos diante de um campo discursivo que, historicamente, produziu estereótipos e modos de ser indígena, questionamo-nos quais os riscos que advêm de uma possível defesa das pautas indígenas por nós, não indígenas. Estaríamos, novamente, reforçando estereótipos? Ou melhor, estaríamos delegando, exclusivamente, aos indígenas o “dever” de cuidar e zelar pelo patrimônio natural brasileiro, exaurindo-nos de possíveis responsabilidades (ou consequências)?

– base da ideia de rede, ou constelação, como se auto-denominam –, mas também pelo contágio estético dos modos de enunciarem as vidas indígenas e se enunciarem (Landowski, 2023). Da perspectiva política, o recurso ao audiovisual, eventualmente de fotos, relatos verbais e animações, para o qual apresentam mais de uma justificativa: como forma de expressão poética, como estratégia de luta, como “novas formas de pensar e fazer cinema”, visando a construir “narrativas no presente, passado e futuro”, para assumir um olhar próprio.

| O presente contínuo

A reiteração de narrativas da ancestralidade e sua permanência no presente por meio de adaptações tecno-estéticas, encontra ressonância no delineamento da dimensão temporal. Ao lado de mitos fundadores constituidores do momento explosivo de formação do mundo, que parecem constituir um *continuum* de universalidade nas diferentes culturas, o passado como tradição ancestral é declinado como imperfeito, estende-se no presente e a sua ressignificação coloca-se como a garantia de um futuro indígena, que será abordado em outro momento deste texto.

Recontar e explicar adequadamente a cultura implica reverter outra tradição, aquela da contagem da história oficial, no mesmo passo em que o eixo da temporalidade descontínuo – de passado, presente e futuro – é suspenso em favor da continuidade. Assim, o tempo aparece como anacrônico (Rancière, 2011), figurado na extensividade durativa que se concretiza na recursividade das práticas (Fontanille; Zilberberg, 2001). Seria possível ainda recorrer à ideia do futuro anterior, como metáfora e não como lexia verbal declinada, sobre o qual se destaca a incidência de uma modalidade, na acepção de Denis Bertrand (2021). Essa não seria da contingência ou da incerteza, mas da possibilidade do acontecimento perspectivado como futuro estando presente naquilo que já está sendo experienciado em ato (Agamben, 1998; Samain, 2012), cabendo talvez referirmo-nos a um presente contínuo, que engloba a permanência de algo iniciado no passado e ainda imperfectivo no presente. Embora se refiram ao futuro indígena, o que se detecta é que, pelas ações que promovem, o futuro já está aqui; os que não contavam, não tinham voz, no sentido de “*logos*”, passam a contar e a contar-se, por meio de dispositivos tecnológicos de repercussão para além de suas aldeias, vilas, cidades, casas.

Portanto, a partir de nossas reflexões mostra-se pertinente explorar as dinâmicas da temporalidade sob uma perspectiva da semiótica, tendo em vista que, muitas vezes, os discursos indígenas enunciam as dimensões do passado, do presente e do futuro.

| Um olhar semiótico para a perspectiva temporal

Semioticamente, o tempo pode ser entendido diante de sua dimensão figurativa, ou seja, a partir dos revestimentos sensoriais que dão fôlego e sustentação no mundo natural

das narrativas, adentrando o campo do discurso. Recorrendo ao clássico dicionário de semiótica greimasiano, Jacques Fontanille (2021a) assevera que a temporalização está ligada a um efeito de sentido, criado por operações enunciativas mobilizadas pelo enunciador. Entendemos que, dentro de uma lógica linguística, reconhecer o futuro envolve assumir que o passado seria sua oposição em relação ao tempo presente, logo uma interdependência entre os campos. Mas o que desperta nosso interesse é que, assim como o passado, o futuro adquire compreensão a partir de uma figuratividade sobre um estado potencial, algo além da virtualidade, mas ancorado na realidade, no revestimento sensorial dado às narrativas.

Dennis Bertrand e Jacques Fontanille (2006), durante o Seminário Intersemiótico de Paris (2002-2004), propuseram e debateram o conceito de regimes temporais. Para introduzir as discussões, os autores estimularam as distinções entre o *tempo da existência* e o *tempo da experiência*, captando a pluralidade de regimes temporais. Quando se refere a um regime temporal da existência, o semióticista aponta para a projeção que o enunciatário faz de um presente, focado nas junções dos diversos modos de existir dos actantes. Já quando menciona um tempo da experiência, o foco volta-se ao imediatismo das relações mundanas, centralizando a presença e a sensibilidade dos seres. Ao instituir tal presente, surgem as demais posições temporais: o que o antecede é o passado, já o que o precede é o futuro, portanto, é um regime *distensivo*, construção que é facilmente identificada na oralidade cotidiana, por exemplo, e caracteriza a temporalidade expressa pelo dicionário de semiótica.

Contudo, ao refletir sobre a coexistência do presente, do passado e do futuro, Fontanille (2021a) joga com o fato de que os seres habitam um só universo contínuo, deformável ou transformável, fisicamente, pelo contato com energias, ou fenomenologicamente ancorado em atividades que transitam dentro de nossas presenças, como explorado anteriormente. Inclusive, o semióticista defende a articulação, a tensão entre esses dois regimes, e não uma mera oposição entre eles. Não seria a noção sobre o fim dos indígenas no futuro, mas do nascimento de um futuro no qual a presença indígena será imprescindível. A experiência, que entendemos sob a perspectiva da luta política das mulheres indígenas, pode condensar ou dilatar as percepções e impressões, abrangendo uma sequência de corpos que, cada qual a sua maneira, colacionam uma constelação de vivências e de lutas em um enunciador coletivo (sem considerá-lo como homogêneo).

Já Denis Bertand (2021) salienta que o futuro, enquanto forma verbal, pode assumir duas variedades: uma que enfatiza os valores temporais, como nas previsões, e outra que ressalta os valores modais, considerando o que está por vir, as incertezas, contingências, hipóteses, eventualidades. Todavia, assim como o autor, interessamo-nos pelo paradoxo modal que engloba o uso de um futuro anterior, no qual a firmeza de sua existência se sobressai, dotando-o inclusive de um passado; assim como a incerteza que brota do acrescimento de passionalidade frente a uma eventualidade podem-se gestar simulacros de um passado do futuro. Seria um futuro anterior como um elo na

política. Tal futuro passado nasce do medo do próprio futuro, das incertezas traçadas pelas hipóteses, devido a uma obsessão que insiste em impor seus simulacros de forma repetitiva e encadeada em causas e efeitos inevitáveis.

Entretanto, as intensificações camuflam as paixões da antecipação e do inesperado, como angústia e apreensão – ao serem concretizadas, figurativamente, a partir de um contexto de globalização, como catástrofes climáticas, colapsos da biodiversidade. Embora tal fato relate-se com o modo como cada corpo experimenta e experimentou os efeitos do tempo, nosso interesse, novamente, repousa na dimensão coletiva, na presença do futuro aspectualizado pelos discursos de combate à violência contra indígenas.

Trata-se de um jogo que comprehende não só as multiplicidades de vozes e corpos que enunciam em prol da própria existência, mas da sobrevivência de uma ancestralidade para além da dimensão presente. É um futuro corporificado, subjetivado e convertido em ação política. E mesmo que o tempo futuro seja distante, o que as mulheres indígenas promovem é uma visão a partir do presente e do passado, impondo sua presença em um futuro (recente ou longínquo), sem esquecer das violações do passado, mas exigindo maiores parcelas da partilha do sensível – principalmente no que diz respeito às tomadas de decisões sobre suas vidas, corpos e territórios, como no combate ao Marco Temporal⁷.

Próxima da ideia de Bertrand (2021), remetemos a uma provocação de Frédéric Gros (2023), ao asseverar que o passado pode ser referência para acontecimentos anódinos, banais e monótonos. Mas também pode ser um regime temporal que, quando acionado discursivamente, rasga o presente, desorganiza, gera o caos e abre espaço para a dissensualidade, na base rancieriana. Gros (2023) considera que o fato de algo ter acontecido no passado não significa que isso passou, ao contrário, há uma série de sentidos e sentimentos que podem ficar em suspensão. Seria, com isso, o passado um fator de determinação do futuro. As respostas que os movimentos de mulheres indígenas dão não são de questões levantadas agora, por causa de violências recentes perpetradas, mas de sedimentações históricas de uma série de negligências e genocídios.

Trata-se, em resumo, de um olhar discursivo aos modos pelos quais os tempos são acionados pelos sujeitos da enunciação, em uma postura voltada à coletividade. Sendo assim, passa-se a analisar a *Rede Katahirine*.

7 Trata-se de uma tese jurídica que estabelece aos povos indígenas o direito a terras ocupadas durante a promulgação da Constituição Federal de 1988. Indígenas que não estavam em posses de terras na data de 5 de outubro de 1988, data de instituição da Constituição, não teriam o direito à demarcação do território. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou tal tese como inconstitucional, entretanto, o debate continua no Congresso Nacional, a partir de projetos de leis que defendem o Marco Temporal.

A Rede Katahirine – a estética da política

Defendemos a tese de que boa parte das postagens de mulheres indígenas que vimos rastreando assume uma voz coletiva que privilegia narrativas de revelação de uma totalidade de sujeitos, subjetais e objetais. Embora não seja única, essa voz tem o traço comum de superar a invisibilidade e a visibilidade destrutiva originada a partir da intertextualidade histórica de discursos preconceituosos. Algumas postagens relatam suas formas de vida, incitam participações em movimentos indígenas, traduzem documentos importantes (como os itens da Constituição de 1988 relativos aos direitos indígenas), propõem manuais para o ensino correto sobre os indígenas nas escolas públicas, resgatam memórias, tradições, explicam e justificam rituais, simbolismos, adornos, mostram conquistas de mulheres para a economia das tribos, e mesmo algumas transformações, como o fato de assumirem pajelanças, poderem expor suas concepções de mundo, etc. Um grande destaque é dado às práticas de plantio, extrativismo, uso da natureza sempre manejados com respeito ao meio ambiente em clara, e às vezes explícita, oposição com a sociedade não-indígena.

Obviamente, tais postagens expõem mudanças de posturas enunciativas, de posicionamentos actoriais, espaciais e temporais. Selecionamos a *Rede Katahirine* porque alia o viés criativo ao estético-político, trazendo a novidade de cineastas indígenas que apresentam seus povos espalhados em diferentes biomas, e por meio de recursos normalmente empregados nas redes digitais, principalmente o audiovisual, para construir narrativas de fazer e estados de ser. Nessas narrativas, enfatizam as diferenças entre a chamada sociedade do “homem branco” e dos indígenas, sobretudo pela relação orgânica que estes estabelecem em conjunção com os animais, as coisas, os objetos, os fenômenos naturais e os outros seres humanos:

Figura 1 – Postagem da indígena e antropóloga Francy Baniwa (24/01/2024)



Fonte: Instagram *Rede Katahirine* (2024). Disponível em: https://www.instagram.com/p/C2fxmwPxDz/?img_index=4. Acesso em: 20 jun. 2024

A autodenominada “constelação de cineastas indígenas” define um arranjo de mulheres e de povos em prol da produção cinematográfica indígena brasileira e mundial, o que

já anuncia uma postura enunciativa com o diferencial de assumir uma nova estética-política que reposiciona a competência dos povos ancestrais.

Figura 2 – Postagens que explicam a origem da Rede Katahirine (03/04/2023)



Fonte: Instagram *Rede Katahirine* (2024). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqIlsGVtOuJv/?img_index=1. Acesso em: 20 jun. 2024

Dar clareza aos programas narrativos das mulheres indígenas consiste, acima de tudo, em aspectualizar pela repetição e permanência formas de vida distintas daquelas originadas na lógica do pensamento eurocêntrico, evidenciando cada gesto como pequenos acontecimentos da vida cotidiana.

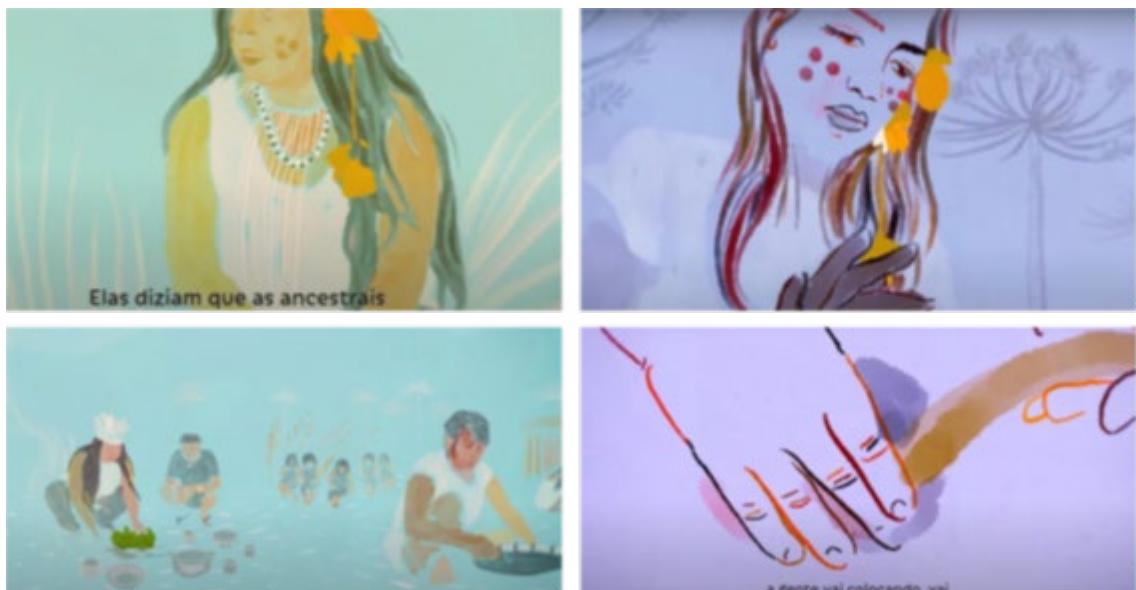
Cabe salientar que a Rede atua com base no reconhecimento de si como simplesmente um outro (Landowski, 2023), assumido como valor em vigência, sem estar à espera de uma doação ou decisão institucionalizada (Caetano, 2023). Em certa maneira, tal fenômeno explicita uma prática dissensual, diante de posturas dominantes que atribuem visibilidades e invisibilidades a determinados corpos. Na reivindicação de uma igualdade, as mulheres indígenas promovem cenas polêmicas que extrapolam as possibilidades da imaginação e da ação. Pensa-se, com isso, no movimento indígena como um todo, capaz de desafiar as lógicas neoliberais em convocações corporais em conjunto (May, 2022; Quintana, 2020; Caetano, 2023).

As ações políticas são produzidas para fazer saber e fazer sentir, poetizam o cotidiano, resgatam memórias ancestrais, dando relevo a cada gesto, traço e composição. Nesse sentido, trazemos uma peça significativa para evidenciar a experiência estética aliada à ação política de dar (e dar-se) valor à própria cultura e experiência vivida.

| A política da estética – O caso do “*Ga vī: a voz do barro*”

Neste artigo explora-se a animação intitulada “*Ga vī: a voz do barro*”, de 2021, extraída das postagens da *Rede Katahirine* nas redes sociais. Trata-se de uma história narrada por mulheres indígenas, durante as oficinas audiovisuais realizadas pelo Instituto Catitu. O filme foi desenvolvido por Nyg Kuita, mulher Kaingang da Terra Indígena Apucaraninha, no norte do Paraná, do coletivo Nen Ga⁸. Na sequência, são apresentadas algumas imagens de trechos da produção audiovisual:

Figura 3 – Trechos do filme *Ga vī: a voz do barro* (2022)⁹



Fonte: YouTube

O discurso fílmico, apresentado em forma de desenho animado, oferece uma experiência sensível de ordem semissimbólica em muitos aspectos. Estrutura-se em camadas de mediação polifônica, pela reprodução dos atos ritualizados, por sua filmagem, pela voz

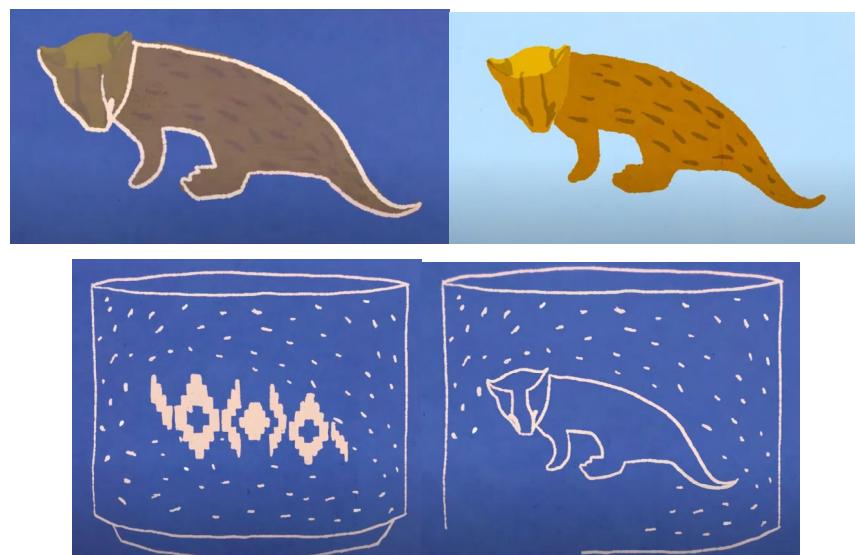
⁸ Disponível no YouTube, Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 22 de fev. de 2022. Atuou ao lado de Ana Letícia Meira Schweig, Angélica Domingos, Cleber Kronun de Almedia, Eduardo Santos Schaan, Geórgia de Macedo Garcia, Gilda Wankly Kuita, Iracema Gāh Té Nascimento, Kassiane Schwingel, Marcus A. S. Wittmann e Vini Albernaz, na produção da obra. (Guatá: cultura em movimento, no site guatafoz.com.br, 17 de maio de 2023).

⁹ Apenas algumas imagens foram selecionadas para serem articulados ao texto deste artigo.

que narra, pelas figuras geradas em ritmo de fala lento, mas expressas por movimentos rítmicos mais acelerados do contato do corpo humano com o barro, das sensações dos movimentos que agitam a moldagem e alisamento da argila, assim como fazem trepidar o corpo que compõe com a natureza no processamento da técnica¹⁰. Cenas figurativizadas se esvanecem gerando manchas coloridas de conjunção dos seres vivos, e se reconstroem analogamente à cerâmica que vai se formando pela composição do barro e das mãos.

Nas inscrições sobre o barro, transformado em objeto, explicita-se o sentido dos traços abstratos: linhas que vão se tornando partes a compor uma totalidade reconhecível, como a onça, e, da onça iconizada, o surgimento de traçados abstratos que identificamos nas confecções indígenas. Figuralidades compreendidas apenas pela própria cultura, e sempre portadoras de significados. Esses desenhos são explicados didaticamente em várias outras postagens, mas aqui aparecem na sua processualidade, em formação de traços rítmicos que dão concretude à “voz do barro”. A oscilação do figurativo e do abstrato, da alta figuratividade e da figuralidade, de manchas e composições reconhecíveis expressa a ambiência da memória e do relato, equilibradas entre passado e presente.

Figura 4 – Metamorfose do figurativo ao figural e deste ao não-figurativo



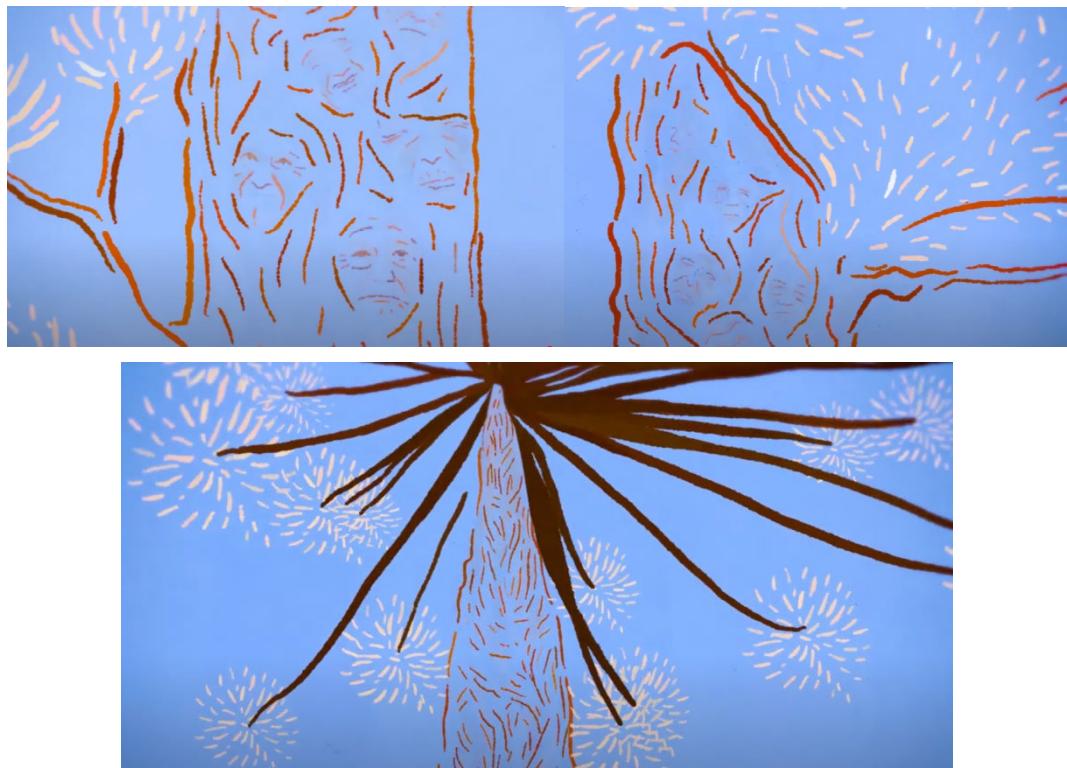
Fonte: YouTube (2021)

10 Referência ao ato de compor do contato humano com a natureza no uso da técnica (Heidegger, 2010), em vez da exploração à exaustão dos recursos ambientais como acontece tradicionalmente na sociedade capitalista.

A inscrição final reduz o signo ao seu delineamento mínimo, estilizado e indecifrável para não-indígenas, que o identificam como mero produto decorativo. A concisão aqui tem o efeito do poético, presente em cada desenho e na narrativa como um todo.

O mote de início do vídeo é dado pelo ato ancestral e o final consolida o pensamento da metamorfose do homem após a morte, nos rostos incrustados nas cascas de pinheiros, Figura 5, corroborando o princípio do perspectivismo da cosmovisão indígena (Viveiros de Castro, 2020).

Figura 5 – Rostos incrustados nas cascas de pinheiros



Fonte: YouTube (2021)

Na explicação de Viveiros de Castro (2020, p. 188) sobre “a natureza inconstante da alma selvagem”, é recorrente a identificação de uma cosmogonia prosopomórfica que idealiza conjunção de subjetividades entre humanos e não-humanos, cabendo normalmente aos mais velhos ou ao xamã a competência semiótica para dar inteligibilidade aos traços sensíveis das figuras, dos gestos, dos movimentos, dos perceptos¹¹.

11 Merece destaque a fala de uma das integrantes da *Rede* em seu perfil, ao testemunhar a importância do grupo para o povo indígena, principalmente para os jovens, muitos dos quais não têm mais paciência para ouvir histórias. Nesse sentido, o audiovisual, a imagem em geral, consistiria em uma estratégia de convocação de experiências atencionais.

O instigante nessa apropriação do pensamento ancestral e na sua iteração em práticas atuais é o ajustamento feito ao discurso político da atualidade, corroborando em denúncias de mortes de lideranças indígenas, na conscientização sobre os usos políticos das imagens e no conhecimento sobre os biomas brasileiros. A amplitude dos trabalhos da Rede pode ser notada em publicações jornalísticas:

Figura 5 – Publicações jornalísticas que destacam matérias jornalísticas de 2024 sobre a *Rede Katahirine*



Fontes: Instagram *Rede Katahirine* (2024). Disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/C2FeXERrH4U/> e <https://www.instagram.com/p/C3YXb8MvmuB/>. Acesso em: 20 jun. 2024

Como mencionado na introdução, é do interior do movimento indígena que se cria a categoria corpo-território, depois assimilado pelo discurso acadêmico; também a analogia feminicídio-terrícídio, re-existência (Danowski; Viveiros de Castro, 2014) e não apenas resistência, para além, portanto, de um ativismo pontual, mas impulsionado pela necessidade de persistência histórica, sendo que persistir implica continuar a existir. Merece destaque a definição que foi dada de terricídio em postagem recente no Instagram da Rede de Mulheres Indígenas – @mmujeresindigenas – da Argentina, demarcando a extensão do corpo humano no corpo território e vice-versa. A destruição de um implica a do outro, assim como a preservação da cultura e da memória mantém os “espíritos” vivos, inscritos nas árvores, no final do vídeo.

A homologação do relato verbal com o visual e sonoro, outorgante do fazer sentir ao fazer saber, proporciona a sensação de duratividade da cultura e da vida, pelo resgate da memória, pela educação prática no presente e pela projeção futura de outras existências que dão vida ao barro e daquelas que, simbolicamente, conferem arquitetura aos troncos dos pinheiros, como cascas.

Entende-se que tais práticas semióticas (Greimas; Courtés, 1989) têm um peso político na sociedade digital, não só pela importância da visão que apresentam, dos recursos criados para posicionarem-se como sujeitos de suas falas, mas também pelo fato de que acabam originando inversão no fluxo epistêmico da história – de sujeitos primeiro supostamente apassivados, a quem se propunha entrar no processo civilizatório – e depois como sujeitos idealizados –, convertem-se em portadores de uma outra voz, tanto poética quanto política, capaz de criticar, propor novas formas de existência, reconhecer a força de seus povos, de suas culturas e a beleza de suas línguas. Suas ações deslocam mais uma oposição frequente, aquela entre vencedores e vencidos, trazendo à proeminência o sentido de não-vencido. A primeira categoria é aspectualizada pela lógica terminativa, que inscreve os sujeitos em situações fixas; o termo não-vencidos, entretanto, contém a latência de uma transitividade durativa, que se adéqua ao fato de já estarem agindo para desconstruir visões tradicionais sobre as culturas indígenas.

Trata-se de uma postura de reivindicação do tempo dos não-vencidos. O termo, que remete aos estudos benjaminianos sobre a literatura, é mobilizado por Rancière (2019) diante de uma ordem dominante de tempo, de espaço, de ajustamento dos lugares e de ordenamento dos corpos.

| Considerações finais

No diálogo entre a semiótica, as ciências sociais e as questões ecológicas, percebemos que as crises (ambientais e políticas, por exemplo) convocam corporalmente os indígenas em lutas pela significação. Um dos pontos que a investigação revelou é a reivindicação estético-política dos povos indígenas, em especial da *Rede Katahirine*, em prol de saberes ancestrais e de seus modos de inteligibilidade e de sensibilidade diante das crises cotidianas. Esse fato coaduna com aspectos do Antropoceno, no sentido de que explicita, por contraposição, as críticas aos impactos negativos da atividade humana na vida das espécies que habitam a Terra (Crutzen, 2002).

Ainda, possibilitou-nos refletir sobre o Antropoceno como uma crise semiótica, partindo do pressuposto de que os sentidos sobre os ambientes são disputas políticas, inseridas em uma partilha do sensível (Rancière, 2009), sobretudo, entre grupos historicamente subalternos. Valendo-se do caso da *Rede Katahirine*, repensamos os atuais dilemas do colonialismo e do capitalismo, atentando para o fato de os significados dependerem de uma série de filtros, sustentados pelo actante coletivo.

Por meio de alguns filmes e de postagens em redes sociais, em uma seleção que não pretendia ser exaustiva – mas representativa de um conjunto de práticas discursivas que articulam ativismo político, estéticas indígenas e disputas de sentido – avaliamos que os discursos de atores individuais integram-se ao ator coletivo, não só pelo tema principal (no caso indígena, a reivindicação ao território, por exemplo), mas também pelos valores de tal comunidade (partilha, direito a dignidade, relação entre corpo-território) (Fontanille, 2021b).

Diante não só das questões teóricas levantadas, mas, sobretudo, das potencialidades e das armadilhas que envolvem o tema de pesquisa, compreendemos que ao se debruçar sobre novos objetos, em interlocução com os sentidos do mundo, a semiótica do corpo e da experiência consolida um caminho de perspectivas capazes de compreender aspectos enunciativos fundamentais das culturas indígenas nos modos de fazer sentido no mundo, algo explorado a partir da via poética da *Rede Katahirine* e diante da perspectiva temporal do futuro indígena a partir dos atuais movimentos sociais.

Os sujeitos envolvidos nessas disputas, ao colocarem-se corporalmente nesses cenários enunciativos, demonstram o quanto seus saberes, práticas e formas de vida foram vilipendiados e desprezados das constituições epistêmicas da política, algo que revela uma outra crise, a que afeta os saberes e a disciplinarização do conhecimento. Portanto, cabe à semiótica, enquanto vasta área de estudo do processo e do ato de significação, atentar às escutas das fontes de conhecimento e de sensibilidades indígenas, como também trazer para o diálogo dos sentidos suas experiências perceptivas do mundo, sem romantismo ou hierarquias epistêmicas.

| Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) e à CAPES pelo apoio por meio da bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

| Referências

- AGAMBEN, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- AGAMBEN, G. Aby Warburg et la science sans nom. In: *Image et mémoire*. AGAMBEN, G. Paris: Hoëbeke, 1998. p. 9-43.
- ALENCAR, J. de. *Iracema: lenda do Ceará*. 1870.
- BERTRAND, D. Future or Past Future Tense? What Political Timeframe? *E/C*, n. 32, p. 34-41, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://mimesisjournals.com/ojs/index.php/ec/article/view/1500>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- BUTLER, J. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.
- CAETANO, K.; RIGONI FILHO, J. C. Re-pensando a raiva: políticas midiatizadas do corpo ressentido. *Estudos Semióticos*, v. 18, n. 3, p. 30-50, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/86di>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CAETANO, K. Mulheres indígenas, agentes de mudança. *Acta Semiotica*, v. 3, n. 6, p. 124-138, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/64713>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAETANO, K.; PIERONI, G. A conscientização do corpo-território: sedução e violência em perspectiva indígena. In: *Anais do 32º encontro anual da COMPÓS*, 2023, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas: Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/a-conscientizacao-do-corpo-territorio-seducao-e-violencia-em-perspectiva-indigen?lang=pt-br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAETANO, K.; RIGONI FILHO, J. C. Vulnerabilidade, vitimismo, confrontação, ação política: discursos e performances femininas contra a violência. In: *Anais do 33º encontro anual da COMPÓS*, 2024, Niterói. Anais eletrônicos..., Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/vulnerabilidade-vitimismo-confrontacao-acao-politica-discursos-e-performances-fe?lang=pt-br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CRUTZEN, P. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 23, jan. 2002. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/415023a>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAMPAGNANI; WAMBA. *Escola de ativismos*, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/GWN1z>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CUNHA, M. C. da. O futuro da questão indígena. *Estudos avançados*, v. 8, p. 121-136, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9651>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. *Há Mundo por Vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo: Antígona, 2014.

FLOCH, J.-M. *Petites mythologies de l'œil et de l'esprit: pour une sémiotique plastique*. Paris: Hades-Benjamins, 1995.

FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

FONTANILLE, J.; BERTRAND, D. *La flèche brisée du temps. Figures et régimes sémiotiques de la temporalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

FONTANILLE, J. Présences du futur. L'expérience de l'"univers-bloc" au temps de la pandémie. *E/ C*, n. 32, p. 15-25, 2021a. Disponível em: <https://mimesisjournals.com/ojs/index.php/ec/article/view/1498>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FONTANILLE, J. *Ensemble. Pour une anthropologie sémiotique du politique*. Liège: Presses Universitaires de Liège, coleção "Sigilla", 2021b.

GA VI: *a voz do barro*. Dirigido por Ana Letícia Meira Schweig; Angélica Domingos; Cleber kronun de Almeida; Eduardo Santos Schaan; Geórgia de Macedo Garcia; Gilda Wanklyl Kuita; Iracema Gäh Té Nascimento; Kassiane Schwingel; Marcus A. S. Wittmann; Nyg Kuita; Vini Albernaz. Brasil, 2022. Curta-metragem (Animação, drama), 11 min. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x9hu5ts>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GLISSANT, É. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Editora Cultrix, 1989.

GROS, F. *A vergonha é um sentimento revolucionário*. São Paulo: Ubu, 2023.

GUMBRECHT, H. U. Pequenas crises: experiência estética nos mundos cotidianos. In: GUIMARÃES, C.; LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. C. (org.). *Comunicação e Experiência Estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 50-63.

HEIDDEGGER, M. La question de la technique. In: HEIDDEGGER, M. *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 2010. p. 9-48.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2013.

LANDOWSKI, E. Pour une grammaire de l'altérité. *Acta Semiotica III*, n. 5, p. 79-94, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1V2Cf>. Acesso em: 9 fev. 2024.

LEAL, B. S.; GOMES, I. M. M. Catástrofe como figura de historicidade: um gesto conceitual, metodológico e político de instabilização do tempo. In: LEAL, B. S.; GOMES, I. M. M. *Olhares transversais. Catástrofes e crises do tempo. Historicidade dos processos comunicacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. p. 31-53.

MAY, T. The Politics of Bodies: Philosophical Emancipation With and Beyond Rancière. *Revista de Estudios Sociales*, resenhas, 21 fev. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/51686>. Acesso em: 07 jun. 2025.

OYÈWÙMÍ, O. Conceptualizing gender: the Eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, v. 2, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.africaknowledgeproject.org/index.php/jenda/article/view/68>. Acesso em: 11 ago. 2025.

QUINTANA, L. *Política de los cuerpos: emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière*. Barcelona: Herder, 2020.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. El tiempo de los no-vencidos (Tiempo, ficción, política). *Revista de Estudios Sociales*, n. 70, p. 79-86, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n70/0123-885X-res-70-00079.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.

RANCIÈRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.

RANCIÈRE, J. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

SAMAIN, E. (org.). *Como pensam as imagens*. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

SCHEIBLE-TURCHETTI, I. O mito em Iracema de José de Alencar. *Revista Literária do Corpo Discente da Universidade Federal de Minas Gerais*, p. 143-154, 1985. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/literaria_corpo_discente/article/view/7570. Acesso em: 4 jun. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: UBU Editora, 2020.

Como citar este trabalho:

CAETANO, Kati; RIGONI FILHO, Júlio César. Dinâmicas enunciativas no enfrentamento de crises e catástrofes: a via poética da rede Katahirine. CASA: *Cadernos de Semiótica Aplicada*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 132-152, dez. 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v18i2.20521>.